

Entidade quer mudar indicações ao STF

Associação defende que juízes tenham cota na escolha dos ministros da Corte; hoje, atribuição é exclusiva da Presidência da República

Daiane Cardoso / BRASÍLIA

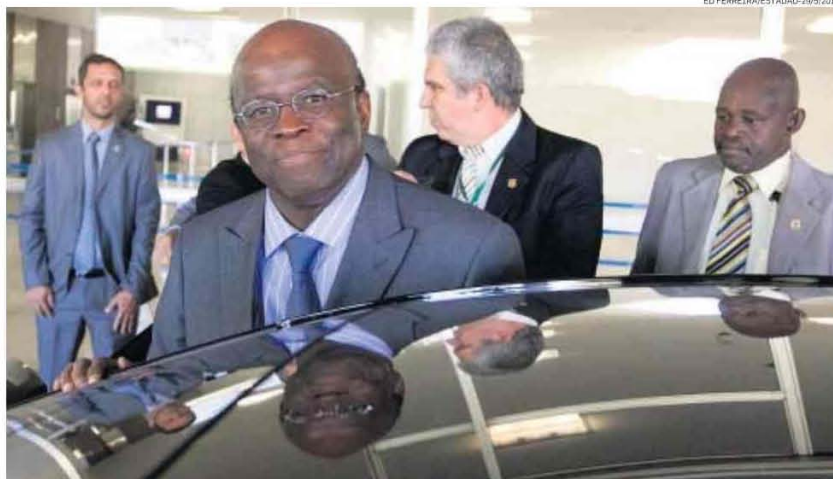
O anúncio da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, animou entidades de juizes a retomar o debate sobre o modelo de indicação dos integrantes da Corte. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por exemplo, quer criar uma "cota" para a categoria, ou seja, quer tirar a exclusividade de indicação das mãos do presidente da República.

Dos 11 ministros que integram hoje o Supremo, quatro foram indicados pela presidente Dilma Rousseff (Rosa Weber, Luiz Fux, Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso), quatro por Luiz Inácio Lula da Silva (Joaquim Barbosa, José Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski), um por Fernando Henrique Cardoso (Gilmar Mendes), um por Fernando Collor de Mello (Marco Aurélio Mello) e um por José Sarney (Celso de Mello).

Com a saída de Barbosa, Dilma terá sua quinta indicação. Com a aposentadoria compulsória dos integrantes da Corte aos 70 anos, o próximo presidente da República irá indicar cinco nomes para o Supremo entre os anos de 2015 e 2018.

A "cota" para magistrados é defendida pelo presidente da AMB, João Ricardo dos Santos Costa. "O Supremo é uma corte política, mas seria importante que aquele juiz que começou lá na comarca do interior do Brasil e que passou por todas as instâncias pudesse levar sua experiência para o STF", afirmou.

As mudanças encontram respaldo no Congresso Nacional. Só na Câmara, pelo menos sete



Despedida. Barbosa deixa o Congresso, na quinta-feira, após visitar os presidentes da Câmara e do Senado

projeto incluem a participação de entidades e até mesmo do Parlamento no sistema de substituição de ministros.

O deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) é o autor de uma das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) em trâmite na Casa. Apresentado em 2009 a pedido de uma entidade da magistratura, a PEC cria a obrigatoriedade

de formação de uma lista com seis nomes indicados pelos ministros do próprio STF. A PEC estabelece também a idade mínima de 45 anos para os candidatos para a vaga de ministro e determina que seja um juiz de carreira. "Minha ideia é aperfeiçoar o sistema", diz o pedetista.

Cunha critica o atual sistema que, em sua opinião, dá poder à Presidência de escolher livremente o ministro do STF.

O deputado Fábio Trad (PMDB-MS), segundo-vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, condena a "contaminação" da escolha por influência "político-partidária". Ele defende que entidades como OAB, Ministério Público e o próprio Judiciário indiquem nomes à Presidência

da República. "Daria mais legitimidade ao processo."

Há dois casos na Corte em que os ministros foram indicados por presidentes para os quais trabalharam. Gilmar Mendes foi Advogado-Geral da União de FHC antes de ir para o Supremo. Toffoli teve o mesmo cargo no governo Lula antes de chegar à Corte e também havia sido advogado do PT.

O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) não vê grandes chances do tema entrar em pauta neste ano em virtude da eleição. O tucano destaca que é possível aperfeiçoar os critérios do sistema, mas defende que a prerrogativa de escolha continue nas mãos da Presidência da República, como acontece em vários países. / COLABOROU FELIPE RECONDO

● Chance

O presidente do PT, Rui Falcão, afirmou ontem que, com a saída de Joaquim Barbosa, os condenados do mensalão terão a chance de poder voltar a trabalhar fora da prisão, benefício que o presidente do STF havia vetado.

● Experiência

"Seria importante que o juiz que começou no interior do Brasil e que passou por todas as instâncias pudesse levar sua experiência para o STF"

João Ricardo dos Santos Costa
PRESIDENTE DA AMB

Futuro do ministro está entre academia e política

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

"Foro íntimo" e "livre arbítrio" foram as justificativas oficiais para a saída antecipada de Joaquim Barbosa do cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal e da própria Corte. Aos 59 anos, Barbosa poderia ficar no comando do Judiciário até no-

vembro e no STF até 2024. Mas a interrupção, neste ano, era dada como certa há tempo por ministros e funcionários do tribunal.

Desde que tomou posse como integrante do STF, ele avisava que não pretendia permanecer no Supremo até os 70 anos, quando todo funcionário público no Brasil é obrigado a se aposentar compulsoriamente. Barbosa sempre pregou a ideia de que renovar a composição do STF é "salutar". "É importantíssima a renovação. Durante a minha sabatina (no Senado), eu disse que não seria contrário a mudança nas regras de nomeação para o Supremo, com a introdução de mandatos, desde que não fosse mandato muito curto, que é desestabilizador, nem extraordinariamente longo. Falei até em mandato de 12 anos.

Completei 11, então está bom", disse Barbosa a jornalistas na quinta-feira, dia em que anunciou que se aposentaria.

Relator do processo do mensalão, aberto em 2007, Barbosa sempre dava sinais de estar estafado. Com 40 réus, a ação quebrou todos os recordes do tribunal, seja em volume ou em duração do julgamento. Durante a condução do processo, o ministro se indisps com advogados e até colegas, como o vice-presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que foi o revisor do caso. Com os condenados já cumprindo as penas desde novembro de 2013, Barbosa teria considerado como cumprida a sua missão.

Ministros do Supremo observam que a aposentadoria deixará Barbosa livre para exercer uma atividade que ele demonstra ter

muito prazer: a de professor e palestrante, principalmente em universidades estrangeiras. Do no de um imóvel em Miami, nos Estados Unidos, o ministro, segundo amigos próximos, estuda passar ali uma temporada. A carreira acadêmica, no Rio, voltando para a UERJ, ou no exterior.

Outra possibilidade seria o engajamento na política. Como não saiu do STF e se filiou a um partido até abril, uma candidatura neste ano está descartada. Presidenciais de oposição tentam obter, porém, o apoio de Barbosa.

Ao falar sobre a saída de Barbosa do STF, ministros do tribunal lembraram do problema no quadril enfrentado por ele há anos. Frequentemente, o presidente do Supremo participa das sessões de julgamento em pé para minimizar as dores, ressaltaram.

* SUPREMO EM PAUTA: Rubens Glezer

ESTADÃO FGV DIREITO SP

Exposição da Corte é instrumento que não se deve abrir mão

A relação entre juizes e a opinião pública tem sido objeto de diversas análises. O julgamento do processo do mensalão - ação penal 470 - colocou o Supremo Tribunal Federal na pauta jornalística de maneira inédita, mas existem indicações de um movimento para que o tribunal se afaste dos holofotes.

Em primeiro lugar, conforme noticiado pelo Estado, o próximo presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, que assumirá o posto após a anunciada aposentadoria do atual, Joaquim Barbosa, dará preferências a julgamentos "com menos clamor" em sua gestão.

A intenção do magistrado seria deixar as questões polêmicas de moralidade política aos cuidados do Legislativo. Em segundo lugar, as ações penais originárias passarão a ser julgadas pelas turmas do STF (grupos de cinco ministros), cujas sessões não são transmitidas pela TV Justiça.

Essas medidas visam, especialmente, aliviar a sobrecarga na pauta de julgamento do plenário do STF (reunião dos 11 ministros) e, nesse sentido, são louáveis. Porém, é necessário ter cautela com os possíveis efeitos negativos que podem estar atrelados à consequente perda de visibilidade ligada a tais medidas.

Afinal, temos ganhado muito com a exposição do Supremo na TV Justiça. Todas as posições individuais dos integrantes da Corte ficam às claras e a possibilidade de controle sobre os argumentos e debates dos ministros tem sido uma experiência positiva.

O que teria sido do julgamento do processo do mensalão se tivesse ocorrido à portas fechadas? Se após meses de enclausuramento os ministros "surgissem" com uma decisão final? Há quem acredite que teríamos tido um julgamento racional e menos exposto às vaidades, inclinações políticas e pressões da mídia. Tenho a impressão de que todos esses componentes estariam presentes mas, além de tudo, não teríamos ideia do que teria acontecido na deliberação.

Hoje temos no Brasil uma Corte Constitucional que está amplamente sujeita a críticas em tempo real enquanto toma suas decisões. Esse é um instrumento de controle democrático extremamente poderoso e não devemos abrir mão dele.

* COORDENADOR DO SUPREMO EM PAUTA

ACESSO BLOGS.ESTADAO.COM.BR/SUPREMO-EM-PAUTA

LG

acesse **Kalunga.com** +120 lojas

VENHAS PARA EMPRESAS 11 3347.7000 0800-0195566

CEARÁ COM A CVC

FÉRIAS COM PREÇOS DE BAIXA TEMPORADA

VIAJE COM A MAIOR OPERADORA DO BRASIL PAGANDO EM ATÉ 10X IGUAIS E SEM JUROS.

Pacote de 8 dias - Saídas diárias. Inclui passagem aérea voando **TAM**, transporte aeroporto/hotel/aeroporto, hospedagem em hotéis selecionados, passeios e assistência CVC.

Hotel Boreas
com café da manhã
Praia do Futuro
10X **98**

Hotel Villa Mayor
com café da manhã
Praia de Meireles
10X **119**

Hotel Pontal da Praia
com café da manhã
Praia de Iracema
10X **117**

Beach Park Oceani
com café da manhã
Praia de Porto das Naus
10X **194**

Dom Pedro Laguna
com meia pensão
Praia de Marambaia
10X **279**

Vila Galé Cumbuco
com Sistema Tudo Incluído
Praia de Cumbuco
10X **284**